



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA
Rua Dr. Cruz Machado, 205 – 3º e 4º Pavimentos
Fone: 42-3521-1200 e-mail: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br
CNPJ 75.967.760/0001-71
Site Oficial: www.uniaodavitoria.pr.gov.br

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA
Rua Dr. Cruz Machado, 205 – 3º e 4º Pavimentos
Fone: 42-3521-1200 e-mail: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br
CNPJ 75.967.760/0001-71
Site Oficial: www.uniaodavitoria.pr.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ

Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Construção de Creche contendo: bloco principal com 03 salas, brinquedoteca/sala de múltiplo uso, instalações sanitárias, sala dos professores, diretoria, secretaria, área de espera coberta, pátio coberto, circulação, refeitório, sala de amamentação, lactário, cozinha, DML, lavanderia, vestiários masculino e feminino, jardim sensorial descoberto e demais equipamentos externos.



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA
Rua Dr. Cruz Machado, 205 – 3º e 4º Pavimentos
Fone: 42-3521-1200 e-mail: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br
CNPJ 75.967.760/0001-71
Site Oficial: www.uniaodavitoria.pr.gov.br



Unidade Requisitante: Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN



Alinhamento com o Planejamento Anual

A necessidade objeto do presente possui previsão no plano de contratações anual do Município.



Equipe de Planejamento

Jamar Rossoni Clivatti – Secretário Municipal de Planejamento



Problema Resumido

O bairro São Gabriel vem apresentando crescimento populacional contínuo nos últimos anos, o que tem refletido diretamente no aumento da demanda por vagas na educação infantil. A atual capacidade da rede municipal de ensino mostra-se insuficiente para absorver integralmente essa demanda, resultando em fila de espera e dificuldades de acesso das famílias da região aos serviços públicos de educação voltados à primeira infância.

Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de ampliação da rede municipal de ensino, mediante a implantação de nova unidade de educação infantil, com vistas a assegurar o atendimento adequado à população local e o cumprimento do dever constitucional do Município na oferta da educação básica.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Consoante orientações expressas do Tribunal de Contas da União, conforme artigo nº 18, inciso nº I, da Lei nº 14.133/2021, as contratações públicas devem ser precedidas de Estudos Técnicos Preliminares para análise da sua viabilidade e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou Projeto Básico, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração. Nesse sentido, destaca-se entre suas principais vantagens a identificação de custos e riscos relacionados à contratação, bem como das maneiras de minimizá-los, configurando-se uma fase primordial desse processo. Destarte, na elaboração deste ETP, optou-se por seguir as diretrizes gerais apontadas pela Instrução Normativa 40/2020 SG/ME, de 22 de maio de 2020 (Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, cujo estudo e a análise técnica de viabilidade destina-se à identificação e escolha de solução apta à garantir maior desempenho na construção de uma creche no bairro São Gabriel, no Município de União da Vitória/PR, bem como estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública, além de fornecer os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, caso se conclua pela viabilidade de contratação/implantação de alguma das soluções identificadas.



Dos atos normativos que deverão ser obedecidos no procedimento licitatório: Visto a complexidade dos processos que envolvem contratações públicas, faz-se necessária a estrita observância do arcabouço normativo vigente destacado a seguir:

LEGISLAÇÃO

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147, de 14 de agosto de 2014;
- Decreto Municipal nº 216, de 16 de maio de 2023, e legislação complementar aplicável;
- CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil de 1988;
- NBR 13994/2000;
- NBR 9050/2020.

Entre os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 encontra-se o do planejamento. O mesmo Diploma Legal prevê que a primeira etapa do planejamento é o Estudo Técnico Preliminar – ETP. Com isso, cabe a esse estudo orientar a futura contratação.

2. DAS INFORMAÇÕES BÁSICAS

Proponente: Município de União da Vitória/PR;

Requisitante: Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN;

Secretário(a): Jamar Rossoni Clivatti – Secretário Municipal de Planejamento;

Elaboração: Mariana Kauva Munhoz – Matrícula n.º 991505710 (Engenheira Civil).

3. DO OBJETO

3.1. O objeto a ser analisado neste ETP é a: *Construção de Creche contendo: bloco principal com 03 salas, brinquedoteca/sala de múltiplo uso, instalações sanitárias, sala dos professores, diretoria, secretaria, área de espera coberta, pátio coberto, circulação, refeitório, sala de amamentação, lactário, cozinha, DML, lavanderia, vestiários masculino e feminino, jardim sensorial descoberto e demais equipamentos externos.*

Construção de Creche com execução de serviços de: serviços preliminares e administração da obra; movimento de terra, drenagem e águas pluviais; fundações; estruturas; alvenaria, divisórias, muros e fechos; cobertura; esquadrias, acessórios, vidros e espelhos; instalações elétricas, telefonia, sistemas de proteção e ventilação; instalações hidrossanitárias, gás-glp, incêndio e aparelhos; revestimentos de paredes e pisos, impermeabilizações, pinturas e argamassas; pavimentação e calçamento, paisagismo e equipamentos externos; limpeza final e demais itens e especificações constantes no projeto.

3.2. Da Classificação do Objeto:

A Lei nº 14.133/2021, define obra como toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço



físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel, conforme o art. 6º, XII.

Na Lei nº14.333/2021, no seu Art. 18. [...] § 3º orienta que, em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos. O que não é nosso caso, visto que, a partir da emissão das Ordem de Serviços, para que a empresa contratada inicie as atividades será disponibilizado a ela material técnico orientativo, e toda a sua execução será acompanhada pela equipe de engenharia do Município.

4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE - Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, I

O bairro São Gabriel apresenta crescimento constante e demanda significativa por vagas na educação infantil. A oferta atual não é suficiente para atender todas as famílias da região, o que gera a necessidade de ampliar a rede municipal com um novo equipamento público voltado à primeira infância.

A construção de uma creche no bairro permitirá aproximar o atendimento das comunidades locais, facilitando o acesso das crianças à educação infantil e oferecendo maior apoio às famílias. Além de atender a uma demanda real, a iniciativa contribui para o desenvolvimento social, educacional e econômico do município, fortalecendo as políticas públicas voltadas à primeira infância.

Dessa forma, a contratação se mostra necessária para viabilizar a implantação de uma unidade adequada, segura e funcional, capaz de ampliar o número de vagas e qualificar o atendimento prestado à população.

Propõe-se a contratação de empresa especializada para a execução da obra de construção da creche no bairro São Gabriel, em União da Vitória, compreendendo todos os serviços necessários para a entrega de edificação completa e em condições de pleno funcionamento.

A obra será executada conforme projeto técnico aprovado e normas vigentes, assegurando qualidade construtiva, segurança, acessibilidade e durabilidade. Ao final, o Município contará com uma unidade pronta para uso, apta a integrar a rede municipal de ensino e atender às finalidades previstas.

5. DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, II

A contratação pretendida está prevista no Plano de Contratações Anual do Município de União da Vitória/PR, estando assim alinhada com o planejamento desta Administração.

6. DA DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, III

6.1. LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTOS

6.1.1. A contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos aplicáveis ao objeto deste Termo.



6.1.2. A execução dos serviços obedecerá rigorosamente, além das especificações constantes do Termo de Referência/Projeto Básico, observando os critérios dispostos nos seguintes documentos:

- 6.1.2.1. Normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);
- 6.1.2.2. Normas do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);
- 6.1.2.3. Normas internacionais consagradas;
- 6.1.2.4. NBR 5410 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- 6.1.2.5. NBR IEC 60439-1 – Conjuntos de Manobra e Controle em Baixa Tensão;
- 6.1.2.6. NBR 9050 – Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos;
- 6.1.2.7. NR 4 – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho;
- 6.1.2.8. NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- 6.1.2.9. NR 10 – Instalações e Serviços em Eletricidade;
- 6.1.2.10. NR 17 – Ergonomia; e
- 6.1.2.11. NR 24 – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho.

6.2. SÃO REQUISITOS DA PRETENSA CONTRATAÇÃO:

6.2.1. REQUISITOS TÉCNICOS

Todos os serviços a serem executados deverão obedecer às especificações e recomendações constantes no presente ETP, no Termo de Referência, no Projeto Básico de Engenharia e demais documentos que compõem o projeto, como também as leis, decretos, regulamentos, posturas, normas, orientações técnicas, instruções de serviço e demais normativas e legislações aplicáveis elaborados por órgãos e entidades das esferas federal, estadual e municipal.

Além disso, são requisitos para atendimento da necessidade:

6.2.2. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO DA CONTRATADA

O objeto da contratação deverá ser realizado por empresa especializada no ramo da construção civil, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no Termo de Referência da contratação.

A contratada deverá preencher todos os requisitos de regularidade jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira, previstos na Lei nº 14.133 de 2021.

A Contratada deverá indicar Responsável Técnico, legalmente habilitado, com formação em Engenharia Civil ou equivalente.

A Contratada deverá comprovar capacidade técnica operacional e profissional comprovada por atestado de capacidade técnica em serviços semelhantes de mesma complexidade ou superior, e indicação de responsável técnico comprovadamente qualificado para o desempenho dessa função.



As qualificações necessárias para a contratação estarão descritas no Termo de Referência da contratação e no Edital de convocação para o certame.

6.2.3. NÍVEL DE QUALIDADE DO SERVIÇO E DA MÃO DE OBRA EMPREGADA

A execução dos serviços propriamente dita exigirá profissionais capacitados para o emprego das técnicas de construção civil e o adequado manejo dos equipamentos e materiais especificados nas peças técnicas elaboradas, das quais constarão indicações sobre os tipos mais adequados de equipamentos e materiais a serem utilizados nos diferentes processos e etapas da execução dos serviços, e mão de obra recomendada, além dos procedimentos necessários para que a construção da creche no bairro São Gabriel aconteça de forma segura, tanto para os responsáveis pela execução (trabalhadores), quanto para os usuários de seu produto final.

O objeto será contratado sem dedicação exclusiva de mão de obra. A prestação dos serviços não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6.2.4. REQUISITOS DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS

Além dos equipamentos, maquinário e ferramentas necessárias à execução dos serviços, a Contratada deverá fornecer todos os materiais previstos no Projeto Básico de Engenharia e demais documentos anexos ao instrumento convocatório, observando a descrição desses e os critérios qualitativos e quantitativos detalhados na planilha orçamentária, nas memórias de cálculos e no memorial descritivo de cada etapa do projeto.

A Contratada se responsabilizará pela gestão de todos os insumos a serem aplicados, não se admitindo atraso na execução dos serviços por alegada ausência de materiais.

6.2.5. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

Deverá ser feito o uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível, deverá fazer uso de energia renovável. Além disso, a Contratada deverá cumprir todas as condicionantes apresentadas na Licença Ambiental ou sua Dispensa.

A empresa contratada deverá utilizar na execução dos serviços as boas práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando-se, dentre outros, os critérios ambientais indicados abaixo:

- Uso produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA;
- Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos;
- Sempre que possível, fazer uso de energia renovável;



- Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e latas de alumínio deve-se contatar as Associações e/ou Cooperativas locais de catadores de materiais recicláveis;
- Práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilize a fonte ecológica recomendada pela Advocacia Geral de União;
- Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA Nº 257/1999;
- Atendimento aos padrões indicados pela Resolução CONAMA Nº 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento;
- Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais (EPIs) necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares etc., fiscalizando e zelando para que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades;

6.3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

6.3.1. As especificações do equipamento são apresentadas na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	QTDE
<p>Construção da creche do São Gabriel:</p> <p>O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto a Construção de Creche contendo: bloco principal com 03 salas, brinquedoteca/sala de múltiplo uso, instalações sanitárias, sala dos professores, diretoria, secretaria, área de espera coberta, pátio coberto, circulação, refeitório, sala de amamentação, lactário, cozinha, DML, lavanderia, vestiários masculino e feminino, jardim sensorial descoberto e demais equipamentos externos.</p> <p>Construção de Creche com execução de serviços de: serviços preliminares e administração da obra; movimento de terra, drenagem e águas pluviais; fundações; estruturas; alvenaria, divisórias, muros e fechos; cobertura; esquadrias, acessórios, vidros e espelhos; instalações elétricas, telefonia, sistemas de proteção e ventilação; instalações hidrossanitárias, gás-GLP, incêndio e aparelhos; revestimentos de paredes e pisos, impermeabilizações, pinturas e argamassas; pavimentação e calçamento, paisagismo e equipamentos externos; limpeza final e demais itens e especificações constantes no projeto.</p>	01

6.4. DO LOCAL PARA A EXECUÇÃO

6.4.1. A construção da creche será localizada na Rua Antônio Paulo Perizzolo, Bairro São Gabriel, União da Vitória - PR, dentro do prazo de até 270 (duzentos e setenta) dias, contado do recebimento da ordem de fornecimento;



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA
Rua Dr. Cruz Machado, 205 – 3º e 4º Pavimentos
Fone: 42-3521-1200 e-mail: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br
CNPJ 75.967.760/0001-71
Site Oficial: www.uniaodavitoria.pr.gov.br



Imagem 01 – lote destinado à construção

6.5. DA GARANTIA DA OBRA

6.5.1. A futura contratação para execução da obra de construção do Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI deverá prever garantia mínima de qualidade, segurança e durabilidade da edificação, nos termos da legislação vigente e das normas técnicas aplicáveis.

6.5.2. A contratada será responsável pela solidez e segurança da obra executada, respondendo por eventuais vícios, defeitos ou falhas construtivas que venham a ser constatados após o recebimento definitivo, nos prazos legalmente estabelecidos, especialmente aqueles previstos no Código Civil e na Lei nº 14.133/2021.

6.5.3. Sem prejuízo das demais responsabilidades legais, a obra deverá possuir **garantia mínima de 5 (cinco) anos**, contados a partir do recebimento definitivo, para vícios relacionados à solidez e segurança da edificação, abrangendo fundações, estrutura, sistemas construtivos e demais elementos essenciais.



6.5.4. Durante o período de garantia, a contratada deverá promover, às suas expensas, a correção de quaisquer irregularidades, defeitos ou falhas constatadas, no prazo a ser definido pela fiscalização, sem que isso gere ônus adicional à Administração.

6.5.5. A exigência de garantia tem por finalidade assegurar a adequada execução do objeto, a durabilidade da obra, a proteção do interesse público e a mitigação de riscos futuros relacionados a custos de manutenção corretiva decorrentes de falhas construtivas.

FUNDAMENTAÇÃO

Lei nº 14.133/2021, art. 140, § 6º:

“Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.”

Código Civil, art. 618:

“Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.”

6.6. Da Subcontratação.

6.6.1. Poderá a contratada subcontratar os seguintes serviços (se necessários):

- Instalações elétricas;
- Escavações e fundações;
- Revestimentos, acabamentos e shafts;
- Reforço estrutural.

Observações:

- **Consórcio:** Tendo em vista que do objeto não ser de alta complexidade, havendo diversas empresas nesse ramo, não será admitido a participação de consórcio na presente contratação.
- **Garantia dos serviços:** 5 (cinco) anos a contar da entrega definitiva, consoante disposto nos art. 618 do Código Civil de 2002 e art. 12 e 26, inciso II do Código de Defesa do Consumidor.



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA
Rua Dr. Cruz Machado, 205 – 3º e 4º Pavimentos
Fone: 42-3521-1200 e-mail: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br
CNPJ 75.967.760/0001-71
Site Oficial: www.uniaodavitoria.pr.gov.br

- **Garantia de Execução:** será exigida do licitante vencedor, visando boa execução contratual, a apresentação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, em uma das modalidades previstas no artigo 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021, que será liberada de acordo com as condições previstas no edital, desde que cumpridas as obrigações contratuais.
- **Subcontratação:** será permitida a subcontratação de 40% (quarenta por cento) do valor total da contratação – o qual dependerá de autorização da fiscalização, sendo vedada a subcontratação dos itens referentes à administração da obra.

7. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES - Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, IV

O objeto compreende o seguinte item:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Construção de Creche contendo: bloco principal com 03 salas, brinquedoteca/sala de múltiplo uso, instalações sanitárias, sala dos professores, diretoria, secretaria, área de espera coberta, pátio coberto, circulação, refeitório, sala de amamentação, lactário, cozinha, DML, lavanderia, vestiários masculino e feminino, jardim sensorial descoberto e demais equipamentos externos. Construção de Creche com execução de serviços de: serviços preliminares e administração da obra; movimento de terra, drenagem e águas pluviais; fundações; estruturas; alvenaria, divisórias, muros e fechos; cobertura; esquadrias, acessórios, vidros e espelhos; instalações elétricas, telefonia, sistemas de proteção e ventilação; instalações hidrossanitárias, gás-glp, incêndio e aparelhos; revestimentos de paredes e pisos, impermeabilizações, pinturas e argamassas; pavimentação e calçamento, paisagismo e equipamentos externos; limpeza final e demais itens e especificações constantes no projeto.	Unidade	1

A estimativa das quantidades necessárias para a execução do objeto foi elaborada com base nos projetos arquitetônico, estrutural, hidrossanitário, elétrico e complementares da construção da creche, bem como em seus respectivos memoriais descritivos e planilhas orçamentárias.

Para a definição das quantidades, foram considerados os levantamentos técnicos realizados a partir dos projetos, contemplando todos os serviços necessários à completa



execução da obra, tais como serviços preliminares e administração local, movimento de terra, fundações, estruturas, alvenarias, cobertura, esquadrias, instalações prediais, revestimentos, pavimentação externa, paisagismo, equipamentos externos e limpeza final.

As quantidades estimadas refletem as reais necessidades da edificação projetada, tendo sido obtidas por meio de critérios técnicos adotados por profissionais habilitados, observando as normas técnicas aplicáveis e as boas práticas de engenharia.

Ressalta-se que as quantidades detalhadas de cada serviço se encontram discriminadas na planilha orçamentária, a qual integra o processo de contratação e servirá de base para a formulação das propostas e para a execução contratual.

8. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO - Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, V

A fim de buscar a melhor alternativa para contratação do objeto, foram analisadas contratações/aquisições similares de outros órgãos públicos.

Buscou-se extrair pontos que conjugassem a eficiência e a efetividade da contratação, ou seja, o desenho do Termo de Referência/Projeto Básico deverá ter como objetivo buscar o mínimo de investimento e o máximo de resultado, de modo que os equipamentos fossem de qualidade atestada para uso na organização.

Neste sentido, analisamos os seguintes pontos: Dimensionamento do objeto a ser contratado; principais benefícios do produto; Características técnicas construtivas; Projeto do sistema proposto; Custo e condições de fornecimento. Modelo de contratação.

Após a verificação do objeto e dos requisitos da contratação (apresentados no item anterior), a Secretaria Municipal de Planejamento, realizou o levantamento de mercado e identificou as seguintes características:

- O objeto demandado possui contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado;
- Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo ramo de atividade seja compatível como objeto pretendido;
- Os parâmetros definidos para o objeto da aquisição e para execução contratual possibilitam obter preço compatível com finalidade estabelecida.

Para os itens rotineiros foram utilizados os valores da Planilha SINAPI, da Caixa Econômica federal, a qual é considerada um referencial válido para orçamentos de obras na construção civil no Brasil. Ela é elaborada por técnicos especializados e reúne informações sobre custos de materiais, mão de obra e equipamentos, além de outros indicadores relevantes para a formação de preços.

Vantagens da Planilha SINAPI:



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA
Rua Dr. Cruz Machado, 205 – 3º e 4º Pavimentos
Fone: 42-3521-1200 e-mail: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br
CNPJ 75.967.760/0001-71
Site Oficial: www.uniaodavitoria.pr.gov.br

- **Confiabilidade:** A planilha é elaborada pela Caixa Econômica Federal, uma instituição com grande expertise no setor de construção civil.
- **Atualização frequente:** A planilha é atualizada mensalmente, o que garante que os custos dos insumos estejam sempre em dia.
- **Abrangência:** A planilha contempla uma ampla gama de materiais, mão de obra e equipamentos, o que a torna útil para orçamentos de diversos tipos de obras.

Para itens não usuais: foram realizadas três cotações com empresas do ramo.

CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ÓRGÃOS) (R\$ 2.818,07 / m²): Prefeitura do Município de Porto União/ SC – VALOR ESTIMADO: R\$ 534.525,68. **DESCRIÇÃO:** CONSTRUÇÃO DO ABRIGO PARA MENORES EM VULNERABILIDADE SOCIAL, incluindo material e mão de obra, de uma área de 842,98 m², sendo: Construção de edificação em alvenaria de tijolos e estrutura em concreto armado; estrutura metálica de cobertura; cobertura em telha fibrocimento; acabamentos em paredes – chapisco, emboço, cerâmica, pintura, pastilhamento; sistemas de esgoto, hidráulica, águas pluviais; prevenção contra incêndio; instalações elétricas e de lógica; louças, metais e acabamentos; passeio ao redor da edificação; construção de muro em bloco de concreto, concreto armado e acabamentos, ao redor de todo o terreno; calçada em paver junto ao alinhamento predial; entre outros serviços inclusos em planilha de orçamento. **ÁREA:** 842,098 M² / **EDITAL N.º** 057/2023 / **MODALIDADE:** TOMADA DE PREÇOS N.º 002/2023 / **TIPO DE LICITAÇÃO:** MENOR PREÇO GLOBAL.

CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ÓRGÃOS) (R\$ 5.871,49 / m²): Prefeitura do Município de União da Vitória/ PR – VALOR ESTIMADO: R\$ 13.159.828,23. **DESCRIÇÃO:** Construção do Ambulatório Médico de Especialidades – AME da 6ª Região de Saúde, no município de União da Vitória, que posteriormente será gerenciado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu - CISVALI, constituindo-se como um ponto de atenção ambulatorial especializado para a organização da Rede de Atenção à Saúde do Estado do Paraná, conforme Convênio n.º 007/2023. **ÁREA:** 2.241,31 m². **EDITAL** 42/2023/ **MODALIDADE:** CONCORRÊNCIA N.º 01/2023 / **TIPO DE LICITAÇÃO:** MENOR PREÇO GLOBAL/ **REGIME DE EXECUÇÃO:** EMPREITADA GLOBAL.

9. DA ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO - Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, VI

➤ O valor estimado da contratação foi elaborado seguindo as regras previstas no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, acompanhados dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte.

A estimativa de preços da contratação será compatível com os quantitativos levantados pela equipe de engenharia, com base nos projetos, local da obra e demais requisitos técnicos. As composições constam nas planilhas orçamentárias e terão como base os documentos técnicos disponibilizados pela equipe de engenharia do Município.



Os custos de execução, apresentados em planilha orçamentária, foram elaborados por equipe técnica devidamente capacitada, que resultará no valor final de referência da contratação, que deverá compor o futuro Termo de Referência e edital de licitação.

Após análise dos valores praticados no mercado, o preço global máximo estimado é de R\$ 2.400.584,96 (dois milhões, quatrocentos mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e noventa e seis centavos), o qual foi definido com base nas na referência SINAPI e cotações do mercado local.

Valor estimado para realização do certame: $R\$ 2.400.584,96 / 456,86 \text{ m}^2 = R\$ 5.254,53 / \text{m}^2$.

Conforme demonstrado no item 8 deste Estudo, o valor orçado está próximo da média de outras licitações.

10. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO - Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, VII

» A construção de uma creche no bairro São Gabriel, localizado no Município de União da Vitória/PR, permitirá aproximar o atendimento das comunidades locais, facilitando o acesso das crianças à educação infantil e oferecendo maior apoio às famílias. Além de atender a uma demanda real, a iniciativa contribui para o desenvolvimento social, educacional e econômico do município, fortalecendo as políticas públicas voltadas à primeira infância.

» A escolha da construção de uma creche no bairro São Gabriel como solução preferencial em detrimento de outras alternativas foi fundamentada em análises técnicas, econômicas, sociais e urbanísticas, que apontaram essa proposta como a mais viável, eficiente e aderente às necessidades da comunidade e do município.

✓ Justificativa Técnica da Solução Selecionada

1. A obra será executada conforme projeto técnico aprovado e normas vigentes, assegurando qualidade construtiva, segurança, acessibilidade e durabilidade. Ao final, o Município contará com uma unidade pronta para uso, apta a integrar a rede municipal de ensino e atender às finalidades previstas.

2. O levantamento topográfico e estrutural identificou que a infraestrutura básica — como alinhamentos, níveis e acessos — está preservada, o que possibilita a realização de intervenções sobre a base existente, reduzindo custos e prazos. Além disso, não há necessidade de remanejamento das redes de drenagem, elétrica ou sanitária, evitando despesas elevadas com infraestrutura.

3. A proposta demonstra compatibilidade com o Plano Diretor Municipal, estando alinhada à prioridade de qualificação dos espaços públicos existentes como estratégia de valorização urbana e melhoria da qualidade de vida. Além disso, a intervenção atende às diretrizes de mobilidade urbana, acessibilidade e sustentabilidade, reforçando seu compromisso com um desenvolvimento urbano integrado e responsável.



§ Justificativa Econômica

A construção da creche constitui investimento estratégico com alto retorno socioeconômico para o Município. A ampliação de vagas na educação infantil reduz gastos das famílias, possibilita a inserção e permanência dos pais — especialmente mulheres — no mercado de trabalho, aumenta a renda familiar e movimenta a economia local.

Além disso, o atendimento na primeira infância diminui custos públicos futuros em saúde, assistência social e educação, ao reduzir evasão escolar e demandas por intervenções posteriores. Do ponto de vista da gestão pública, a edificação própria é mais econômica e eficiente do que soluções provisórias, como aluguéis ou convênios, garantindo previsibilidade orçamentária e melhor aplicação dos recursos.

Dessa forma, a obra caracteriza-se como investimento estruturante, com benefícios financeiros e sociais duradouros para o Município.

¶ Conclusão: Diante do exposto, a construção da creche no bairro São Gabriel mostra-se necessária e plenamente justificada sob os aspectos social, urbano e econômico, ao atender a uma demanda real da população, ampliar o acesso à educação infantil em condições adequadas, promover o desenvolvimento integral das crianças e permitir que as famílias, especialmente as de menor renda, tenham melhores condições de inserção no mercado de trabalho. Trata-se de investimento público estruturante, que reduz desigualdades, evita custos futuros em outras políticas públicas e assegura aplicação eficiente e duradoura dos recursos municipais, contribuindo de forma direta para o desenvolvimento sustentável de União da Vitória.

11. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO- Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, VII

» Conforme prevê o artigo 47, I, da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deve promover, sempre que possível, o parcelamento do objeto da licitação, com vistas a ampliar a competitividade e viabilizar a participação do maior número possível de licitantes, desde que não haja prejuízo para a economia de escala, à eficiência ou à segurança da contratação.

No caso em tela, a licitação visa a construção de uma creche no bairro São Gabriel, localizado no Município de União da Vitória/PR. Trata-se, portanto, da prestação de um serviço de natureza única e indivisível, sem viabilidade técnica para fracionamento do objeto.

O parcelamento da contratação não é recomendável, devendo optar-se pela contratação integral da obra, por ser o ideal no caso em tela, do ponto de vista da eficiência técnica, haja vista que assim o gerenciamento da obra permanecerá sempre a cargo de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

12. DO DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS - Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, IX



» A construção de uma creche em União da Vitória/PR, pode ser estruturada de forma a refletir tanto os benefícios diretos quanto os impactos indiretos esperados para a comunidade e a cidade como um todo. Abaixo está um modelo geral de como esse demonstrativo poderia ser apresentado, considerando diversos aspectos como melhorias na acessibilidade, turismo e mobilidade urbana:

» Demonstrativo dos Resultados Pretendidos com a construção da creche do São Gabriel

1. Objetivo Principal:

- Ampliar o acesso à educação infantil no bairro São Gabriel, por meio da implantação de uma creche pública adequada, garantindo atendimento seguro e de qualidade às crianças da primeira infância, reduzindo a demanda reprimida por vagas e promovendo melhores condições de desenvolvimento infantil e de inserção socioeconômica das famílias.

2. Resultados Esperados:

A. Ampliação do Acesso à Educação Infantil:

- **Impacto 1:** Aumento da oferta de vagas em creche no bairro São Gabriel, atendendo à demanda reprimida da comunidade.
- **Impacto 2:** Redução do deslocamento das famílias para outros bairros em busca de atendimento.

Indicadores:

- ◇ Número de novas vagas criadas;
- ◇ Percentual de ocupação das vagas ofertadas;
- ◇ Redução da lista de espera por creche no bairro.

B. Desenvolvimento Integral na Primeira Infância:

- **Impacto 3:** Melhoria das condições de aprendizagem, socialização e desenvolvimento cognitivo das crianças.
- **Impacto 4:** Fortalecimento da frequência e permanência escolar desde os primeiros anos

Indicadores:

- ◇ Taxa de frequência média das crianças matriculadas;
- ◇ Redução da evasão na educação infantil;
- ◇ Avaliação pedagógica do desenvolvimento infantil.

C. Fortalecimento Socioeconômico das Famílias:



- **Impacto 5:** Ampliação da possibilidade de inserção e permanência dos responsáveis no mercado de trabalho.
- **Impacto 6:** Aumento da autonomia financeira das famílias, especialmente das mulheres.

Indicadores:

- ◇ Número de responsáveis que retornam ou ingressam no mercado de trabalho após matrícula da criança;
- ◇ Redução da demanda por auxílios assistenciais vinculados à falta de renda;
- ◇ Pesquisa de satisfação das famílias atendidas.

D. Eficiência na Gestão Pública:

- **Impacto 7:** Substituição de soluções provisórias por infraestrutura pública permanente.
- **Impacto 8:** Melhoria da qualidade e padronização do atendimento educacional.

Indicadores:

- ◇ Redução de gastos com aluguéis, convênios ou atendimentos emergenciais;
- ◇ Custo médio por aluno/ano;
- ◇ Índice de conformidade da unidade com as normas educacionais e sanitárias.

13. DAS PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO - Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, X

Visando à adequada formalização e execução do futuro contrato, a Administração deverá adotar, previamente à sua celebração, as seguintes providências:

- Validação e aprovação do presente Estudo Técnico Preliminar;
- Elaboração do Termo de Referência, contendo todos os elementos necessários à contratação, nos termos do inciso XXIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021;
- Emissão e registro das Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs pertinentes;
- Obtenção e validação das licenças e autorizações necessárias à execução da obra;
- Emissão de parecer contábil com indicação da dotação orçamentária;
- Emissão de parecer jurídico circunstanciado;
- Manifestação do órgão de controle interno, quando cabível;
- Elaboração e publicação do edital de licitação, observados os prazos legais;
- Adoção das providências necessárias à habilitação dos licitantes, nos termos da legislação vigente.

» A Administração deverá designar “fiscais considerando a formação acadêmica ou técnica do servidor/funcionário, a segregação entre as funções de gestão e de fiscalização do contrato e/ou ARP, bem como o comprometimento concomitante com outros serviços ou contratos, de forma a evitar que o fiscal responsável fique sobrecarregado devido a muitos contratos sob sua



responsabilidade” (Acórdão nº 1.094 /2013 - Plenário, do TCU), em momento prévio ou, no máximo, contemporâneo ao início da vigência contratual.

➤ A Administração deverá ainda autorizar que a empresa CONTRATADA realize as atividades necessárias para a mobilização dos insumos, ferramentas e equipamentos necessários à execução das atividades contratadas; assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA aos lugares que se fizerem necessários à execução dos serviços, devendo os mesmos estar devidamente identificados e uniformizados;

➤ Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar a vistoria das instalações onde serão executados os serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim.

14. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES - Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, X

➤ Em razão da solução escolhida no presente estudo, não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

15. DA DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS - Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, XII

A Contratada deverá adotar, no que couber, as disposições das Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 01, de 19 de janeiro de 2010; da Resolução CONAMA Nº 362, de 23 de junho de 2005, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos.

A CONTRATADA deverá adotar as melhores práticas ambientais em acordo com a legislação aplicável.

A execução da obra de construção da creche poderá ocasionar impactos ambientais pontuais e temporários, típicos de atividades da construção civil, os quais deverão ser adequadamente gerenciados pela contratada, em conformidade com a legislação ambiental vigente e com as melhores práticas ambientais aplicáveis.

Geração de Resíduos da Construção Civil (RCC)

Impacto:

A execução da obra poderá gerar resíduos sólidos, tais como entulho, sobras de materiais, embalagens e resíduos potencialmente perigosos, os quais, se descartados de forma inadequada, podem ocasionar poluição do solo, contaminação de corpos hídricos e impactos visuais negativos.

Medidas Mitigadoras:

A contratada deverá implementar práticas adequadas de gerenciamento de resíduos, incluindo a segregação na origem, reutilização e reciclagem quando tecnicamente viável, bem como a



destinação ambientalmente adequada dos resíduos, especialmente daqueles classificados como perigosos, em conformidade com a legislação ambiental aplicável.

O entulho gerado pela obra será de inteira responsabilidade da contratada, devendo ser destinado a local devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente.

Consumo de Recursos Naturais

Impacto:

O consumo de água, energia elétrica e materiais de construção durante a execução da obra pode resultar em maior demanda por recursos naturais e aumento dos impactos ambientais associados.

Medidas Mitigadoras:

Deverão ser adotadas medidas para o uso racional dos recursos naturais, incluindo controle do consumo de água e energia, emprego de materiais certificados ou de menor impacto ambiental, bem como práticas construtivas que reduzam desperdícios ao longo da execução da obra.

Durante toda a execução contratual, a contratada deverá observar rigorosamente a legislação ambiental aplicável, adotando as melhores práticas ambientais, de modo a minimizar os impactos ambientais e assegurar a sustentabilidade do empreendimento.

16. DO POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A CONTRATAÇÃO - Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, XIII

O presente ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, elaborado pelos integrantes TÉCNICO e REQUISITANTE evidenciam que a contratação da solução ora descrita, ou seja, a construção de uma creche no bairro São Gabriel, incluindo mão-de-obra, ferramentas, equipamentos, materiais, necessários para atender a proposta apresentada, mostra-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

17. DA INDICAÇÃO DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

O procedimento licitatório será realizado na modalidade Concorrência Eletrônica, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, destinada à contratação de empresa especializada para execução dos serviços de construção de uma creche no município de União da Vitória.

A escolha do regime de empreitada por preço global para a execução dos serviços de construção de uma creche no município de União da Vitória, fundamenta-se no disposto no art. 6º, inciso XXIX, da Lei nº 14.133/2021, que prevê a adoção do regime mais adequado à natureza e complexidade do objeto a ser contratado. A empreitada por preço global consiste na contratação por valor fixo, estabelecido previamente, abrangendo todos os custos e despesas necessários para a completa execução dos serviços.



Considerando que a construção de uma creche se caracteriza por um projeto técnico definido e detalhado, com escopo claro e mensurável. O regime de preço global assegura maior previsibilidade orçamentária e controle dos custos, evitando custos adicionais imprevistos e facilitando o planejamento financeiro municipal. Ademais, este regime estimula a eficiência e produtividade da contratada, pois a remuneração é fixa e depende do cumprimento integral das especificações contratuais, o que favorece a entrega do objeto dentro do prazo e padrão de qualidade estabelecidos.

Desta forma, a adoção do regime de empreitada por preço global revela-se a modalidade mais adequada para garantir a economicidade, transparência e eficiência na execução da obra pública, atendendo ao interesse público e aos princípios que regem a Administração Pública.

18. ANÁLISE DE RISCO

RISCO 01						
Termo de Referência e/ou Projeto Básico incompleto ou inadequado						
Probabilidade	X	Baixa		Média		Alta
Impacto		Baixo		Médio	X	Alta
Danos:						
1 – Elaboração de edital inadequado gerando recursos ou impugnação do processo;						
2 – Atraso no processo licitatório;						
3 – Contratação com prejuízos para administração.						
Ação Preventiva:	1. Capacitar servidores ou designar servidores capacitados para execução da atividade;					
	2. Realização de estudos preliminares anteriores à elaboração do termo de referência.					
Unidade Responsável:	Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN					
Ação de contingência:	1. Recomendar correções e/ou adequações no termo de referência;					
	2. Não Aprovar termo de referência.					
Unidade Responsável:	Departamento de Licitação / Departamento Jurídico					

RISCO 02						
Especificações insuficientes						
Probabilidade	X	Baixa		Média		Alta
Impacto		Baixo		Médio	X	Alta
Danos:						
1 – Serviços executados de maneira insatisfatória e aquém das necessidades;						



2 – Equipamentos com especificações aquém das necessidades;	
3 – Prestação de serviços por empresas com baixa qualificação.	
Ação Preventiva:	1. Revisão do planejamento da contratação por outros servidores capacitados; 2. Pesquisa de contratos executados por outros órgãos públicos.
Unidade Responsável:	Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN
Ação de contingência:	1. Retorno para correção do objeto e especificações;
Unidade Responsável:	Departamento de Licitação / Departamento Jurídico

RISCO 03						
Solução inadequada para contratação						
Probabilidade	X	Baixa		Média		Alta
Impacto		Baixo		Médio	X	Alta
Danos:						
1 – Não atendimento da necessidade.						
Ação Preventiva:	1. Realização de estudos preliminares anteriores à elaboração do termo de referência para identificação de todas as necessidades que originaram a demanda.					
Unidade Responsável:	Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN					
Ação de contingência:	1. Retorno do processo para correção da modalidade de licitação a ser adotada.					
Unidade Responsável:	Departamento de Licitação / Departamento Jurídico					
RISCO 04						
Requisitos para contratações insuficientes ou desnecessários						
Probabilidade		Baixa	X	Média		Alta
Impacto		Baixo	X	Médio		Alta
Danos:						
1 – Restrição de participação na licitação;						
2 – Resultados incapazes de atender à necessidade a contratação.						
Ação Preventiva:	1. Elaboração do termo de referência após a aprovação do ETP; 2. Definição dos requisitos necessários e suficientes para a contratação, de forma que o objeto seja precisamente definido, contemplando os requisitos mínimos de qualidade, segurança e sustentabilidade.					



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA
Rua Dr. Cruz Machado, 205 – 3º e 4º Pavimentos
Fone: 42-3521-1200 e-mail: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br
CNPJ 75.967.760/0001-71
Site Oficial: www.uniaodavitoria.pr.gov.br

Unidade Responsável:	Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN
Ação de contingência:	1. Capacitação dos servidores para definição dos requisitos mínimos para a contratação, de acordo com a legislação.
Unidade Responsável:	Departamento de Licitação / Departamento Jurídico

RISCO 05						
Gestor, fiscais titulares e substitutos sem habilitação e/ou experiência técnica						
Probabilidade	X	Baixa		Média		Alta
Impacto		Baixo		Médio	X	Alta
Danos:						
1 – Aprovação do serviço e recebimento do objeto sem atender às necessidades demandadas;						
2 – Prejuízos / desperdício de recursos.						
Ação Preventiva:	1. Capacitação dos servidores para fiscalização técnica do objeto;					
	2. Estruturação do corpo técnico da Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN com pessoal habilitado para acompanhamento dos serviços.					
Unidade Responsável:	Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN					
Ação de contingência:	1. Contratação de servidores e/ou pessoal de apoio;					
	2. Capacitação de servidores.					
Unidade Responsável:	Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN					

RISCO 06						
Contratada falha com a execução, implicando inexecução parcial ou total						
Probabilidade		Baixa	X	Média		Alta
Impacto		Baixo		Médio	X	Alta
Danos:						
1 – Atrasar a execução de manutenções;						
2 – Inexecução parcial ou total da obrigação;						
3 – Recusar-se a refazer os serviços solicitados pela fiscalização.						
Ação Preventiva:	1. Acompanhamento dos prazos de execução dos serviços;					
	2. Acompanhamento dos serviços executados.					
Unidade Responsável:	Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN					



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA
Rua Dr. Cruz Machado, 205 – 3º e 4º Pavimentos
Fone: 42-3521-1200 e-mail: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br
CNPJ 75.967.760/0001-71
Site Oficial: www.uniaodavitoria.pr.gov.br

Ação de contingência:	1. Não atesto da execução dos serviços
	2. Notificação da empresa e aplicação de penalidade;
	3. Rescisão da contratação e convocação da empresa que apresentar a segunda melhor proposta
Unidade Responsável:	Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN/ Departamento de Licitação / Departamento Jurídico

19. DOS RESPONSÁVEIS

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares da futura aquisição/contratação e que o mesmo traz os conteúdos previstos nas Instruções Normativas SEGES/MP nº 5/2017 e nº 40/2020.

Equipe de Planejamento da Contratação	
Integrante Requisitante	Integrante Administrativo
..... Jamar Rossoni Clivatti Secretário de Planejamento Servidor: Mariana Kauva Munhoz Engenheira Civil

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições das Instruções Normativas SEGES/MP nº 5/2017 e nº 40/2020:

Autoridade Competente
..... CLAUDIOMIR DE OLIVEIRA FRANÇA Prefeito Municipal em Exercício